

ENSAIO TEÓRICO SOBRE A EFICÁCIA DA GESTÃO PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA CONTÁBIL

A THEORETICAL ESSAY ON THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC MANAGEMENT FROM AN ACCOUNTING PERSPECTIVE

DANIEL SOARES DE SOUZA¹

Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Brasília, DF, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2210-5412>
daniel.souza@ifb.edu.br

PAULO AUGUSTO PETTENUZZO DE BRITTO

Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Brasília, DF, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7462-9096>
pbritto@unb.br

RESUMO

O desempenho contábil tem sido analisado na literatura como elemento central da gestão pública, mas ainda são escassos os estudos que investigam seu papel na estrutura relacional entre práticas institucionais e eficácia governamental. O objetivo geral deste ensaio teórico é desenvolver, em perspectiva conceitual, um modelo que articule fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional na gestão pública, analisando o modo pelo qual a qualidade e a robustez dos sistemas de informação contábil podem moderar a relação entre estruturas institucionais e resultados organizacionais. Para atingir esse objetivo, adota-se um enfoque teórico-analítico, fundamentado em revisão integrativa da literatura e na sistematização de constructos derivados das teorias Neoinstitucional, da Agência e do Valor Público. O procedimento consistiu na identificação, organização e articulação conceitual de variáveis explicativas, da variável moderadora e do constructo de eficácia institucional, culminando na proposição de um modelo conceitual aplicável a investigações futuras. O ensaio contribui ao demonstrar que o desempenho contábil, quando compreendido como mecanismo de transparência, conformidade e capacidade gerencial, pode intensificar ou mitigar os efeitos de fatores institucionais sobre a eficácia pública. O modelo proposto oferece subsídios para o avanço teórico sobre governança e accountability, além de apoiar pesquisas empíricas voltadas à avaliação da gestão pública e ao aperfeiçoamento da transparência fiscal.

Palavras-chave: administração pública, desempenho contábil, eficácia institucional, governança, modelo conceitual.

Editado em português e inglês. Versão original em português.

¹ Endereço para correspondência: Campus Universitário Darcy Ribeiro | FACE | 70910-900 | Brasília/DF | Brasil.

Recebido em 15/05/2025. Última versão recebida em 14/05/2026. Aceito em 01/06/2026 por  Rogério João Lunkes (Editor-Chefe).
Publicado em 17/06/2026.

ABSTRACT

Accounting performance has been widely examined in the literature as a central component of public management; however, studies investigating its role within the relational framework linking institutional practices and governmental effectiveness remain limited. The primary objective of this theoretical essay is to develop a conceptual model that integrates institutional factors, accounting performance, and institutional effectiveness in public management, examining how the quality and robustness of accounting information systems may moderate the relationship between institutional structures and organizational outcomes. To achieve this objective, the study adopts a theoretical and analytical approach grounded in an integrative literature review and the systematization of constructs derived from Neo-Institutional Theory, Agency Theory, and Public Value Theory. The methodological procedure consisted of identifying, organizing, and conceptually integrating explanatory variables, the moderating variable, and the construct of institutional effectiveness, culminating in the proposal of a conceptual model suitable for future empirical investigations. This essay contributes to the literature by demonstrating that accounting performance, when understood as a mechanism of transparency, compliance, and managerial capability, can either strengthen or mitigate the effects of institutional factors on public sector effectiveness. The proposed model provides a theoretical foundation for advancing research on governance and accountability while supporting future empirical studies aimed at evaluating public management performance and enhancing fiscal transparency.

Keywords: public administration, accounting performance, institutional effectiveness, governance, conceptual model.

1 INTRODUÇÃO

A crescente demanda social por eficiência, transparência e qualidade na gestão pública tem ampliado o interesse por estudos capazes de explicar como diferentes dimensões institucionais influenciam a eficácia das organizações governamentais. Nesse contexto, os sistemas contábeis e as práticas de mensuração de desempenho assumem papel central, uma vez que fornecem informações que sustentam a tomada de decisão, favorecem a responsabilização e contribuem para a construção da legitimidade institucional. Embora amplamente reconhecido como mecanismo de governança, o desempenho contábil ainda é pouco explorado quanto ao seu papel na articulação entre fatores institucionais e eficácia, permanecendo lacunas teóricas sobre sua função moderadora nesses relacionamentos.

Estudos sobre administração pública e contabilidade governamental destacam que elementos como integridade, legitimidade, capacidade administrativa, sustentabilidade fiscal e mecanismos de *accountability* desempenham influência relevante na eficácia institucional. A literatura recente reforça que sistemas de contabilidade e mensuração de desempenho exercem papéis informacionais, sociais e institucionais na administração pública contemporânea, especialmente quando associados à transparência, à compreensibilidade da informação e à responsabilização fiscal (Steccolini *et al.*, 2020; Leite & Diniz, 2024; Masoud, 2025). No entanto, tais estudos tendem a tratar o desempenho contábil como variável explicativa direta, ou como parte de modelos amplos de avaliação do setor público, sem examinar sua capacidade de alterar a intensidade ou a direção das relações entre fatores institucionais e resultados organizacionais. Essa ausência de exploração teórica mais aprofundada indica uma lacuna de pesquisa sobre como práticas contábeis, entendidas como construções técnicas e institucionais, podem reforçar ou limitar os efeitos de elementos organizacionais sobre a eficácia.

Uma busca exploratória nas principais bases científicas voltadas à administração pública e contabilidade indica a existência de ampla literatura sobre reformas contábeis, controle, transparência e desempenho. Estudos recentes sobre reformas contábeis no setor público mostram

que a adoção de padrões internacionais e de regimes de competência tende a ampliar a transparência, a comparabilidade e a prestação de contas, embora seus efeitos dependam da capacidade institucional, da utilidade percebida das demonstrações e da efetiva incorporação das informações ao processo decisório (Benfante *et al.*, 2025; Bisogno *et al.*, 2024; Dabbicco *et al.*, 2025; Masoud, 2025). Contudo, observa-se escassez de estudos que tratem explicitamente o desempenho contábil como variável moderadora, especialmente nas relações entre construtos institucionais e eficácia. Essa constatação justifica a adoção de referenciais teóricos clássicos e consolidados, como os aportes de Meyer e Rowan, Jensen e Meckling, Moore, Lüder e outros autores presentes neste trabalho, articulados à literatura recente sobre contabilidade pública, *accountability* e governança.

Diante dessa lacuna, o problema de pesquisa que orienta este ensaio consiste em compreender em que medida o desempenho contábil interfere na relação entre fatores institucionais e a eficácia das organizações públicas. Para responder a essa questão, o objetivo geral deste ensaio teórico é desenvolver, em perspectiva conceitual, um modelo que articule fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional na gestão pública, analisando o modo pelo qual a qualidade e a robustez dos sistemas de informação contábil podem moderar a relação entre estruturas institucionais e resultados organizacionais. Como desdobramentos, pretende-se: identificar e organizar os principais construtos relacionados à eficácia institucional; discutir o papel do desempenho contábil à luz das teorias adotadas; propor um arranjo conceitual em que esse desempenho atue como variável moderadora; e indicar possíveis caminhos para validação empírica futura do modelo.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como ensaio teórico-analítico, fundamentado na identificação, seleção e articulação de referenciais teóricos que abordam instituições, governança, desempenho contábil e eficácia organizacional. Embora não envolva coleta empírica, o ensaio se orienta pela possibilidade de validação futura do modelo proposto por meio de abordagens quantitativas que permitam operacionalizar variáveis latentes formativas e examinar relações moderadoras entre os construtos.

A relevância teórica do estudo reside em explicitar o desempenho contábil como componente institucional que ultrapassa sua função instrumental de registro e evidenciação, influenciando a forma como práticas de governança, transparência, integridade e capacidade administrativa se convertem em resultados institucionais. Em termos práticos, o modelo conceitual oferece subsídios para aprimorar o diagnóstico e a avaliação da gestão pública, ao sugerir que investimentos na qualidade das informações contábeis e nos mecanismos de responsabilização podem alterar a intensidade com que fatores institucionais se traduzem em eficácia.

Além desta introdução, o artigo apresenta uma seção que discute perspectivas filosóficas, sociológicas e teóricas sobre eficácia e desempenho no setor público, seguida de uma contextualização histórica das reformas administrativas e da evolução das práticas contábeis governamentais. Na sequência, discute-se o papel do desempenho contábil como moderador da eficácia e detalham-se os construtos formativos do modelo conceitual proposto. Por fim, apresentam-se as considerações finais, que sintetizam contribuições, limitações e possibilidades de pesquisa futura.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE EFICÁCIA E DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO

A literatura sobre administração pública evidencia que a eficácia das organizações estatais depende de fatores que transcendem o desempenho operacional e envolvem dimensões institucionais, normativas e sociopolíticas. A eficácia, entendida como a capacidade de converter recursos em resultados alinhados ao interesse público, relaciona-se tanto à competência administrativa quanto à legitimidade das práticas organizacionais. Sob essa perspectiva, a Filosofia

política e a Sociologia contribuem ao destacar que a ação estatal é influenciada por princípios normativos e por construções sociais que moldam expectativas de comportamento e orientam a avaliação dos resultados governamentais (Weber, 1978). Assim, eficácia e desempenho não se limitam à mensuração de produtos e serviços, mas abarcam também a confiança pública e a percepção de adequação das ações administrativas.

A evolução conceitual desses termos acompanha transformações na forma de compreender a ação estatal. A racionalidade burocrática, conforme discutido por Weber (1978), enfatiza a importância de estruturas formais, impessoalidade e procedimentos estáveis como meios de assegurar previsibilidade, coerência e controle. Esse modelo contribuiu para consolidar a noção de que organizações eficazes são aquelas capazes de manter regularidade administrativa e conformidade normativa. No entanto, autores posteriores destacaram que a administração pública deve responder a uma complexidade crescente, marcada por demandas sociais dinâmicas, expectativas de transparência e pressões por maior responsabilidade fiscal, exigindo que eficácia seja entendida como capacidade de gerar valor público e fortalecer a legitimidade governamental.

A perspectiva sociológica da ação organizacional amplia essa compreensão ao afirmar que instituições não operam unicamente por critérios técnicos, mas também em função de significados compartilhados, convenções e normas sociais. Meyer e Rowan (1977) argumentam que organizações públicas frequentemente adotam práticas e estruturas institucionalizadas para garantir legitimidade perante o ambiente externo, mesmo quando tais práticas não otimizam sua eficiência técnica. Isso implica que resultados institucionais não decorrem apenas de capacidade operacional, mas também de alinhamento simbólico com expectativas sociais e normativas, o que reforça a necessidade de modelos explicativos que considerem fatores institucionais como determinantes da eficácia.

Nesse contexto, o desempenho contábil adquire relevância ao integrar dimensões técnicas e institucionais. A contabilidade não apenas mensura recursos e resultados, mas também funciona como instrumento de transparência, controle e comunicação, reforçando a legitimidade da ação pública. Mattessich (2003) afirma que a pesquisa contábil contemporânea ultrapassa o registro financeiro ao incorporar interpretações sociais e institucionais, evidenciando que sistemas contábeis influenciam a forma como decisões são tomadas e avaliadas. Assim, o desempenho contábil deixa de ser mero indicador operacional e passa a constituir componente institucional capaz de afetar a credibilidade das informações e, consequentemente, a eficácia percebida das organizações públicas.

A partir dessas contribuições, torna-se possível compreender que eficácia no setor público deriva da interação entre fatores institucionais, práticas administrativas e mecanismos de informação. A literatura demonstra que a atuação estatal se organiza em um ambiente no qual normas, valores e expectativas sociais condicionam o uso de recursos e a avaliação dos resultados. Nesse sentido, investigar o desempenho contábil como variável que pode alterar a intensidade das relações entre fatores institucionais e eficácia representa avanço conceitual relevante, permitindo integrar diferentes tradições teóricas e oferecer fundamentação mais consistente para o modelo proposto.

3 CENÁRIO DE ESTUDO: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A compreensão das dinâmicas que influenciam a eficácia institucional no setor público exige a articulação de diferentes referenciais teóricos capazes de explicar como estruturas, comportamentos e incentivos moldam os resultados organizacionais. Entre esses referenciais, destacam-se a Teoria Neoinstitucional, a Teoria da Agência, a Teoria da Contingência e a Teoria do Valor Público, que compõem um conjunto coerente para analisar a interação entre fatores institucionais, mecanismos de governança e práticas contábeis. Essas teorias oferecem lentes

complementares que permitem compreender a ação estatal tanto sob perspectivas estruturais e simbólicas quanto sob uma ótica de incentivos, capacidades e geração de valor.

A Teoria Neoinstitucional, conforme argumentam Meyer e Rowan (1977), enfatiza que organizações públicas respondem a pressões normativas, cognitivas e regulatórias que moldam suas práticas, frequentemente induzindo à conformidade com padrões institucionalizados de comportamento. Nesse sentido, a adoção de sistemas contábeis, mecanismos formais de reporte e instrumentos de controle não deriva apenas de critérios técnicos, mas também da busca por legitimidade perante o ambiente externo. Essa perspectiva sugere que fatores institucionais, como integridade, transparência e aderência a normas, exercem influência direta sobre a eficácia, uma vez que reforçam a confiança pública e estabilizam expectativas sociais sobre a ação governamental.

A Teoria da Agência, formulada por Jensen e Meckling (1976), contribui ao explicar as relações entre principal e agente em contextos de assimetria de informação e divergência de interesses. No setor público, a sociedade, os órgãos de controle e os parlamentos ocupam o papel de principal, enquanto gestores públicos desempenham o papel de agente. Nessa configuração, o desempenho contábil constitui mecanismo central para mitigar riscos de comportamento oportunista ao fornecer informações que permitem monitoramento, avaliação e responsabilização. Quanto maior a qualidade e a confiabilidade das informações contábeis, maior a capacidade do principal de avaliar a conduta do agente, o que potencializa a influência de fatores institucionais sobre a eficácia organizacional.

A Teoria da Contingência, aplicada à contabilidade pública por Lüder (1992), propõe que reformas contábeis e modernizações administrativas dependem de fatores contextuais específicos, como características políticas, capacidade administrativa e pressões ambientais. Esse enfoque destaca que a eficácia de práticas contábeis não é uniforme em todos os contextos, pois sua implementação e seus efeitos variam conforme condições institucionais e estruturais. Essa perspectiva contribui para compreender que o desempenho contábil pode exercer efeitos condicionantes sobre relações entre variáveis institucionais e resultados, justificando sua análise como variável moderadora no modelo conceitual proposto.

A Teoria do Valor Público, desenvolvida por Moore (1995), amplia a compreensão da eficácia ao vincular o desempenho governamental à capacidade de produzir valor social, em alinhamento com normas democráticas e expectativas coletivas. Nessa abordagem, a gestão pública eficaz decorre da combinação entre legitimidade, capacidade operacional e sustentabilidade institucional, em consonância com a lógica de criação de valor público (Moore, 1995). Nesse contexto, informações contábeis tempestivas, compreensíveis e úteis à gestão podem apoiar a geração de valor público ao ampliar a transparência, qualificar avaliações e fortalecer a confiança social nas instituições (Carlin, 2005; Leite & Diniz, 2024). Assim, a contabilidade pública assume papel estratégico ao articular desempenho, governança e legitimidade.

Essas quatro perspectivas convergem ao demonstrar que fatores institucionais influenciam a eficácia pública por meio de mecanismos simbólicos, informacionais e gerenciais. A Teoria Neoinstitucional destaca a importância da legitimidade; a Teoria da Agência enfatiza o papel da informação na redução de assimetrias; a Teoria da Contingência evidencia que efeitos institucionais dependem de condições específicas; e a Teoria do Valor Público reforça que eficácia deriva da criação de valor social. Em conjunto, esses referenciais sustentam a argumentação de que o desempenho contábil, ao integrar dimensões técnicas e institucionais, pode alterar a intensidade com que fatores institucionais se traduzem em eficácia, o que fundamenta sua inclusão como variável moderadora no modelo conceitual.

4 CONTEXTO HISTÓRICO E MULTIDIMENSIONAL

A evolução da administração pública ao longo das últimas décadas tem sido marcada por transformações institucionais e gerenciais que alteraram significativamente a forma como o Estado organiza, monitora e avalia suas ações. Reformas administrativas inspiradas em diferentes tradições teóricas introduziram novas expectativas de eficiência, transparência e responsabilização, modificando o papel dos sistemas de informação contábil e ampliando sua influência sobre o desempenho organizacional. Essas mudanças ocorreram em um ambiente permeado por pressões sociais e políticas que exigem maior capacidade estatal de responder às demandas da sociedade, fortalecendo a importância de instrumentos que permitam mensurar e avaliar a ação governamental de forma precisa e confiável.

O movimento de reforma administrativa associado à Nova Gestão Pública introduziu no setor público práticas orientadas para resultados, ampliação de mecanismos de controle e adoção de modelos gerenciais baseados em desempenho. Autores como Brignall e Modell (2000) destacam que a incorporação desses elementos estimulou o uso de instrumentos contábeis como parte de sistemas mais amplos de avaliação, ampliando a relevância das informações financeiras e operacionais para decisões gerenciais e prestação de contas. Nesse contexto, os sistemas contábeis deixaram de exercer função predominantemente registral e passaram a ocupar papel estratégico na avaliação da efetividade das políticas públicas e no acompanhamento da execução orçamentária.

Em direção complementar, perspectivas pós-gerencialistas destacam que a administração pública não pode ser compreendida apenas por parâmetros de eficiência instrumental. Autores como Denhardt e Catlaw (2016) argumentam que valores democráticos, participação social e responsabilidade coletiva constituem dimensões essenciais da ação governamental, reforçando que a eficácia pública depende também da legitimidade e da capacidade institucional de coordenação. Essa mudança de entendimento amplia a função da contabilidade pública, que passa a ser concebida como mecanismo que fortalece a transparência, favorece a comunicação com stakeholders e contribui para a construção de confiança na atuação estatal.

A evolução da contabilidade governamental, portanto, acompanha a ampliação das expectativas sociais e institucionais sobre o papel do Estado. A literatura contábil ressalta que sistemas de informação mais completos e de melhor qualidade permitem identificar riscos fiscais, apoiar estratégias de planejamento e possibilitar análises mais amplas sobre sustentabilidade financeira. Carlin (2005), por exemplo, argumenta que práticas contábeis baseadas no regime de competência contribuem para avaliações mais precisas sobre comprometimentos presentes e futuros, reforçando a robustez dos sistemas de gestão pública. Essas transformações demonstram que o desempenho contábil influencia tanto a capacidade técnica de gestão quanto o modo como a organização se posiciona institucionalmente diante de seus múltiplos públicos.

Nesse ambiente institucional e histórico, o desempenho contábil emerge como variável que integra dimensões técnicas, informacionais e simbólicas. Sistemas de informação contábil de maior qualidade reforçam a responsabilização, reduzem assimetrias de informação, ampliam a capacidade de monitoramento e fortalecem a credibilidade institucional. Assim, além de constituir instrumento de mensuração financeira, o desempenho contábil atua como componente que pode alterar a intensidade das relações entre fatores institucionais e eficácia pública, justificando sua análise como variável moderadora no modelo conceitual proposto.

5 MODERANDO A EFICÁCIA: O PAPEL DO DESEMPENHO CONTÁBIL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO

A literatura da administração pública destaca que a eficácia institucional resulta da interação entre capacidades administrativas, fatores organizacionais e condições institucionais que moldam o comportamento e a atuação das organizações estatais. Porém, compreender essa eficácia requer incorporar elementos que operam tanto como instrumentos técnicos quanto como

dispositivos institucionais. Nesse sentido, o desempenho contábil constitui dimensão central para explicar como práticas de governança, mecanismos de controle e estruturas institucionais se convertem em resultados organizacionais, uma vez que sistemas contábeis influenciam diretamente a qualidade da informação utilizada para monitoramento, planejamento e avaliação da ação governamental.

A contabilidade governamental, além de sua função registral, desempenha papel estratégico ao promover transparência, reduzir assimetrias de informação e reforçar a credibilidade das instituições públicas. Jensen e Meckling (1976) argumentam que a mitigação de conflitos de agência depende da qualidade da informação disponível, o que coloca o desempenho contábil como componente fundamental para aprimorar processos de responsabilização e controle. De forma complementar, Meyer e Rowan (1977) afirmam que práticas institucionalizadas conferem legitimidade às organizações públicas, reforçando que sistemas contábeis robustos funcionam como mecanismos simbólicos e formais que estabilizam expectativas sociais e normativas sobre a ação estatal.

A partir dessas perspectivas, o desempenho contábil pode ser compreendido como elemento que influencia a intensidade da relação entre fatores institucionais e eficácia. A literatura indica que dimensões como integridade, capacidade administrativa, aderência normativa e transparência contribuem para resultados mais eficazes; contudo, tais dimensões produzem efeitos diferenciados quando mediadas por sistemas de informação contábil de maior ou menor qualidade. Carlin (2005) aponta que práticas contábeis mais desenvolvidas ampliam a capacidade de identificar riscos fiscais, monitorar compromissos e avaliar de forma mais precisa a sustentabilidade financeira da gestão pública, o que sugere que o desempenho contábil altera condições de governança e de tomada de decisão.

A Teoria da Contingência, conforme formulada por Lüder (1992), reforça essa interpretação ao indicar que os efeitos de reformas e práticas contábeis dependem das características institucionais e organizacionais de cada contexto. Assim, o desempenho contábil não apenas influencia diretamente o funcionamento das organizações públicas, mas também modifica a forma como fatores institucionais se traduzem em eficácia. Em ambientes com sistemas contábeis mais estruturados, práticas de governança e integridade tendem a produzir efeitos mais visíveis sobre os resultados; em ambientes com baixa qualidade da informação contábil, tais práticas podem perder intensidade, gerando lacunas entre expectativas institucionais e resultados observados.

Sob a perspectiva do Valor Público, proposta por Moore (1995), o desempenho contábil fortalece a capacidade estatal de produzir valor à sociedade ao ampliar a transparência, facilitar o acompanhamento da execução orçamentária e favorecer avaliações mais precisas da ação governamental. Nessa lógica, a informação contábil qualificada intensifica o efeito de fatores institucionais sobre a eficácia, pois permite que decisões sejam tomadas com base em evidências e que a sociedade avalie de forma mais clara os resultados entregues pelo Estado. Conjuntamente, essas abordagens sustentam a proposição de que o desempenho contábil atua como variável moderadora, ampliando ou reduzindo o impacto de fatores institucionais sobre a eficácia pública.

A análise conceitual realizada neste ensaio permite, portanto, formular a proposição de que o desempenho contábil condiciona a força das relações entre construtos institucionais e eficácia institucional. Quando sistemas de informação contábil apresentam maior qualidade, práticas de governança e integridade encontram condições mais favoráveis para se traduzirem em melhores resultados administrativos. Por outro lado, quando o desempenho contábil é limitado, mesmo fatores institucionais robustos podem produzir efeitos reduzidos, uma vez que a qualidade da informação gerencial e a capacidade de monitoramento ficam comprometidas. Essa proposição fundamenta o papel central da contabilidade como instrumento capaz de influenciar não apenas decisões administrativas, mas também a forma como o ambiente institucional se converte em eficácia pública.

Esse enquadramento também dialoga com estudos recentes que apontam que a utilidade da informação contábil no setor público depende da capacidade de converter dados financeiros em instrumentos efetivos de decisão, transparência e controle social. Steccolini *et al.* (2020) destacam que sistemas de contabilidade e mensuração de desempenho assumem múltiplos papéis na administração pública contemporânea. Leite e Diniz (2024), ao investigarem a compreensibilidade da informação contábil no setor público brasileiro, evidenciam que a forma de apresentação das demonstrações influencia o entendimento dos usuários e pode fortalecer a transparência. Masoud (2025), por sua vez, indica que a adoção de IFRS e IPSAS está associada a ganhos de transparência e *accountability*, especialmente quando sustentada por estruturas institucionais robustas.

6 CONSTRUCTOS TEÓRICOS E MODELAGEM CONCEITUAL

A formulação do modelo conceitual deste ensaio apoia-se na articulação entre variáveis institucionais, desempenho contábil e eficácia pública, conforme fundamentado pelas teorias discutidas nas seções anteriores. Sob a perspectiva de Meyer e Rowan (1977), os fatores institucionais influenciam o funcionamento das organizações públicas porque moldam expectativas sociais, orientam práticas administrativas e conferem legitimidade às ações governamentais. Tais fatores incluem elementos como integridade, conformidade normativa, capacidade administrativa, transparência e mecanismos de governança. Esses componentes formam um conjunto de dimensões que condicionam a credibilidade da atuação estatal e a qualidade das decisões produzidas no interior das organizações.

A eficácia institucional, neste ensaio, é compreendida como a capacidade da organização pública de gerar resultados alinhados ao interesse coletivo, respeitando princípios de legalidade, transparência e responsabilidade fiscal. Essa concepção dialoga com Moore (1995), ao considerar que o Estado produz valor público quando consegue combinar legitimidade democrática, capacidade operacional e resultados socialmente relevantes. Assim, a eficácia não é apenas um resultado operacional, mas um constructo que integra dimensões simbólicas, institucionais e gerenciais, refletindo a percepção da sociedade sobre a qualidade da atuação estatal.

O desempenho contábil é tratado como variável moderadora no modelo, uma vez que sua qualidade pode alterar a intensidade das relações entre fatores institucionais e eficácia. Jensen e Meckling (1976) argumentam que a qualidade da informação reduz assimetrias entre principal e agente, fortalecendo mecanismos de responsabilização. Carlin (2005) destaca que práticas contábeis estruturadas ampliam a capacidade de monitoramento e permitem avaliações mais precisas sobre sustentabilidade financeira. Esses argumentos sustentam que o desempenho contábil condiciona a forma como fatores institucionais se traduzem em resultados, intensificando ou reduzindo seus efeitos conforme o grau de robustez dos sistemas de informação adotados pela organização pública.

A partir dessas bases teóricas, os constructos que compõem o modelo conceitual podem ser organizados da seguinte forma. O primeiro grupo refere-se aos fatores institucionais, composto por dimensões como integridade, aderência normativa, capacidade administrativa e transparência. Esses elementos, amplamente discutidos pela literatura institucional, configuram condições essenciais para que organizações públicas alcancem resultados consistentes. O segundo constructo é o desempenho contábil, entendido como a qualidade das informações produzidas pelos sistemas contábeis, abrangendo aspectos de tempestividade, completude, conformidade e utilidade gerencial. O terceiro constructo é a eficácia institucional, tomada como variável de desfecho e definida pela capacidade da organização em entregar resultados compatíveis com sua missão institucional e com expectativas sociais.

O modelo conceitual proposto estabelece que os fatores institucionais exercem influência direta sobre a eficácia institucional, mas que essa relação não é uniforme. Em contextos com desempenho contábil elevado, espera-se que fatores institucionais tenham maior capacidade de

produzir resultados eficazes, pois informações qualificadas favorecem o monitoramento, a coordenação organizacional e a decisão gerencial baseada em evidências (Jensen & Meckling, 1976; Carlin, 2005; Steccolini *et al.*, 2020). Em contraste, quando o desempenho contábil é reduzido, o efeito dos fatores institucionais tende a enfraquecer, uma vez que a baixa qualidade da informação compromete a implementação de práticas administrativas e limita a capacidade de controle e avaliação.

Assim, o modelo apresentado pressupõe que o desempenho contábil atua como variável moderadora, condicionando a força da relação entre fatores institucionais e eficácia. Essa formulação permite compreender variações no desempenho das organizações públicas não apenas como resultado das condições institucionais, mas também como reflexo da qualidade dos sistemas de informação utilizados para orientar e avaliar suas ações. O modelo conceitual fundamenta, portanto, a proposição teórica central deste ensaio e oferece base para estudos empíricos futuros que possam operacionalizar cada constructo e testar a hipótese de moderação em diferentes contextos da administração pública.

6.1 Fatores Institucionais

Os fatores institucionais constituem o conjunto de elementos estruturais, normativos e organizacionais que moldam a atuação das instituições públicas e condicionam a produção de resultados. Conforme argumentam Meyer e Rowan (1977), organizações operam em ambientes permeados por expectativas sociais, regras formais e convenções que orientam comportamentos e definem práticas consideradas legítimas. No setor público, esses fatores incluem dimensões como integridade administrativa, conformidade normativa, capacidade técnica, mecanismos de controle e padrões de transparência. Tais componentes influenciam a forma como as organizações formulam políticas, utilizam recursos e respondem às demandas da sociedade, configurando-se como determinantes centrais da eficácia institucional.

A literatura indica que a integridade administrativa contribui para a credibilidade das ações governamentais e sustenta a confiança dos cidadãos, enquanto a conformidade normativa garante estabilidade procedimental e aderência às regras que regulam a ação estatal. A capacidade administrativa, por sua vez, relaciona-se à habilidade da organização em planejar, coordenar e implementar políticas com eficiência. Já a transparência, como mecanismo institucional, reforça a legitimidade e permite maior acompanhamento por parte dos stakeholders. Esses elementos formam o núcleo dos fatores institucionais considerados no modelo proposto, representando as condições que moldam a qualidade da ação pública e influenciam diretamente a eficácia institucional.

6.2 Desempenho Contábil

O desempenho contábil é compreendido neste ensaio como a qualidade das informações produzidas pelos sistemas de contabilidade governamental, abrangendo tempestividade, precisão, completude, aderência às normas e utilidade gerencial para decisões públicas (Carlin, 2005; Steccolini *et al.*, 2020). Nesse processo, a contabilidade, tradicionalmente voltada ao registro e à evidenciação, passou a assumir maior relevância analítica em decorrência das reformas administrativas e da ampliação das expectativas de responsabilização. Conforme Jensen e Meckling (1976), a qualidade da informação é determinante para reduzir assimetrias entre principal e agente, fortalecendo os processos de controle e de responsabilização. De forma complementar, Meyer e Rowan (1977) destacam que práticas institucionalizadas reforçam a legitimidade organizacional, o que sugere que sistemas contábeis robustos influenciam não apenas decisões técnicas, mas também percepções institucionais sobre a credibilidade da gestão pública.

Carlin (2005) argumenta que práticas contábeis mais avançadas permitem avaliações mais amplas da sustentabilidade fiscal e ampliam a capacidade da administração pública de monitorar

riscos e compromissos financeiros. Nesse sentido, o desempenho contábil atua como mediador entre estruturas institucionais e decisões gerenciais, oferecendo subsídios para implementação de políticas e para avaliação de resultados. Essa característica justifica seu papel no modelo como variável moderadora, uma vez que a qualidade das informações contábeis pode intensificar ou reduzir a força dos efeitos institucionais sobre a eficácia. Sistemas contábeis mais estruturados permitem que práticas de governança e integridade produzam efeitos mais consistentes sobre o desempenho institucional, enquanto sistemas frágeis podem enfraquecer tais efeitos.

6.3 Eficácia Institucional

A eficácia institucional é definida como a capacidade da organização pública de atingir objetivos alinhados ao interesse coletivo, respeitando princípios de legalidade, transparência e responsabilidade fiscal. Essa concepção integra dimensões técnicas e simbólicas, refletindo tanto a qualidade da execução administrativa quanto a percepção da sociedade sobre os resultados entregues. Moore (1995) destaca que o Estado produz valor público quando sua atuação combina legitimidade democrática, capacidade operacional e capacidade de gerar benefícios sociais tangíveis. Desse modo, a eficácia institucional ultrapassa a mensuração de indicadores operacionais e incorpora elementos associados à credibilidade, capacidade de coordenação e construção de confiança pública.

A literatura destaca que a eficácia resulta de interações entre fatores institucionais, práticas administrativas e mecanismos de informação. Assim, a eficácia institucional constitui o constructo de desfecho do modelo conceitual, representando o resultado da relação entre fatores institucionais e desempenho contábil. Essa abordagem permite compreender como decisões, práticas e estruturas influenciam a capacidade da organização pública de alcançar resultados compatíveis com sua missão institucional e com as expectativas da sociedade.

6.4 Relações Propostas no Modelo Conceitual

A partir da articulação dos constructos apresentados, o modelo conceitual proposto estabelece duas relações centrais. A primeira proposição considera que os fatores institucionais influenciam positivamente a eficácia institucional, uma vez que elementos como integridade, transparência e capacidade administrativa fortalecem os processos de tomada de decisão, planejamento e controle. Essa proposição está alinhada ao argumento de Meyer e Rowan (1977) de que estruturas institucionais legitimadas favorecem o funcionamento organizacional.

A segunda proposição estabelece que o desempenho contábil modera a relação entre fatores institucionais e eficácia institucional. Jensen e Meckling (1976) sustentam que informações de maior qualidade reduzem problemas de agência, enquanto Carlin (2005) argumenta que práticas contábeis mais robustas ampliam a capacidade de avaliação da gestão pública. Assim, espera-se que em ambientes com desempenho contábil elevado, fatores institucionais exerçam maior impacto sobre a eficácia. Em contrapartida, em contextos nos quais o desempenho contábil é insuficiente, o efeito desses fatores pode ser reduzido, devido à limitação da informação disponível para monitoramento, coordenação e avaliação das ações governamentais.

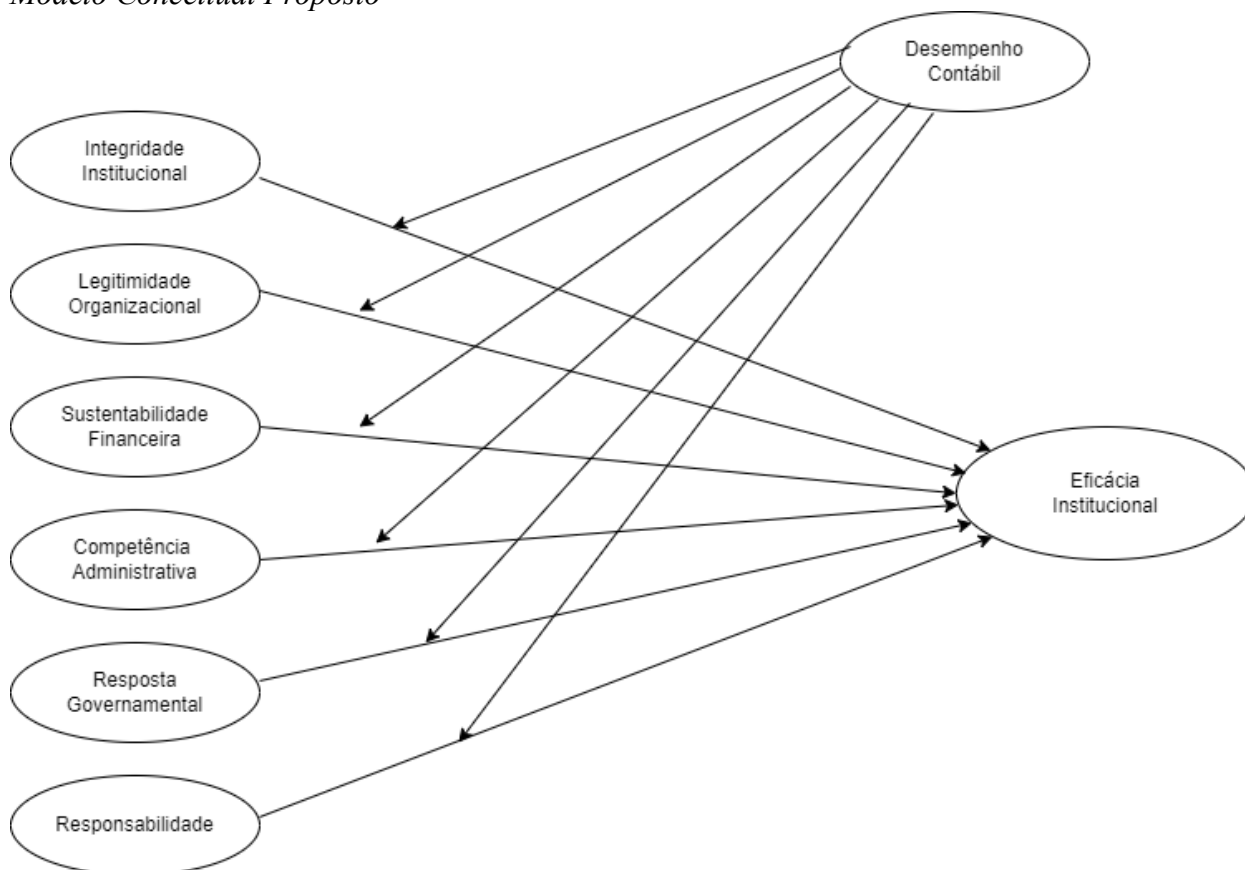
Essas duas proposições sintetizam a lógica do modelo conceitual proposto, que busca explicar como condições institucionais e sistemas de informação interagem para produzir eficácia pública.

O modelo conceitual proposto, conforme Figura 1, pode ser representado graficamente por meio da articulação entre três blocos principais: fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional. O primeiro bloco corresponde ao conjunto de condições institucionais que influenciam a ação estatal; o segundo bloco refere-se ao desempenho contábil, que atua como variável moderadora; e o terceiro bloco representa a eficácia institucional, variável de desfecho.

No diagrama, a relação direta entre fatores institucionais e eficácia é representada por uma seta contínua, enquanto o efeito moderador do desempenho contábil é indicado por uma seta que incide sobre a relação principal, reforçando ou reduzindo sua intensidade. Essa representação gráfica traduz visualmente as proposições teóricas formuladas e facilita a compreensão das interações conceituais discutidas ao longo do ensaio. O uso desse modelo em estudos futuros permitirá operacionalizar cada constructo e testar empiricamente a hipótese de moderação em diferentes contextos da administração pública.

Figura 1

Modelo Conceitual Proposto



Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste ensaio teórico, ainda cabe mencionar a transparência, que se encontra num limiar de mediação e que se recomenda uma melhor compreensão sobre sua contribuição numa estrutura conceitual num momento a posteriori, uma vez que foi constatado ser um constructo contido e difuso a um outro conceito mais amplo: a governança (Hood & Heald, 2006). A transparência governamental contribui para que cidadãos e demais partes interessadas acessem informações sobre a aplicação dos recursos públicos e sobre os critérios que orientam as decisões estatais (Bovens, 2007; Hood & Heald, 2006).

Os indicadores de transparência incluem a disponibilidade e a facilidade de acesso a dados governamentais, a publicação de relatórios de gestão e orçamento, e a clareza das comunicações públicas. Bovens (2007) argumenta que a transparência é fundamental para a *accountability* e a governança democrática, pois permite que cidadãos e outros *stakeholders* monitorem as ações do governo e reajam adequadamente.

Por meio deste ensaio teórico, é possível concluir que o desempenho contábil serve como variável moderadora, dado que influencia a magnitude e a direção das relações entre as variáveis

explicativas e a eficácia institucional. Este modelo conceitual busca elucidar como esses elementos interagem dentro do contexto governamental e, além disso, fornecer um índice quantitativo por meio de uma abordagem de modelagem matemática, que será validado para buscar proximidade com a precisão e relevância nas práticas de gestão pública. O resultado esperado é um entendimento mais avançado das dinâmicas que impulsionam a eficácia no setor público, oferecendo maiores apoios para políticas e decisões administrativas mais efetivas.

Embora apresente potencial explicativo relevante, o modelo conceitual proposto possui limitações que podem comprometer sua validação empírica. Entre as limitações, destacam-se a dificuldade de mensuração precisa de determinados constructos, a variabilidade de contextos institucionais e a disponibilidade de dados confiáveis, especialmente no setor público. Tais fatores impõem barreiras à replicabilidade e à generalização dos resultados, exigindo maior rigor metodológico e adaptações ao contexto de análise.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-analítico voltado à construção de um modelo conceitual que explique a interação entre fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional. O ensaio teórico, nesse sentido, busca integrar diferentes referenciais analíticos para formular proposições conceituais coerentes, sem recorrer a procedimentos empíricos de coleta ou tratamento de dados. A abordagem adotada concentra-se na identificação, seleção, organização e articulação de constructos derivados de teorias consolidadas no campo da administração pública, contabilidade governamental e teorias organizacionais, com a finalidade de propor explicações conceituais fundamentadas.

A elaboração do modelo conceitual baseou-se em revisão integrativa da literatura, que envolveu o exame de obras clássicas e estudos que discutem instituições, governança, desempenho contábil e eficácia no setor público. A seleção das referências considerou os autores que compõem o arcabouço teórico do manuscrito, contemplando contribuições de Meyer e Rowan, Jensen e Meckling, Lüder, Moore, Carlin e demais autores já integrados ao referencial do trabalho. Esses autores foram escolhidos por sua relevância teórica e por representarem abordagens complementares sobre estruturas institucionais, incentivos informacionais, capacidade administrativa e produção de valor público. A revisão buscou consolidar elementos comuns entre esses referenciais e identificar lacunas conceituais capazes de justificar a formulação da hipótese de moderação.

A revisão da literatura tomou como base consultas exploratórias realizadas nas principais bases científicas utilizadas nos campos da administração pública e contabilidade, incluindo *Scopus*, *Web of Science* e *SciELO*. Essas buscas tiveram como objetivo identificar estudos que tratassem das relações entre fatores institucionais, sistemas contábeis e eficácia pública. Os resultados preliminares revelaram a existência de ampla produção sobre governança, transparência e desempenho, mas escassez de estudos que analisem o desempenho contábil como variável moderadora dessas relações. Essa constatação reforçou a escolha pelos autores clássicos já presentes no referencial e orientou a construção do modelo conceitual proposto, fundamentado em proposições teóricas derivadas das abordagens selecionadas.

A construção do modelo conceitual seguiu três etapas analíticas. A primeira consistiu na definição dos constructos teóricos centrais: fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional. A segunda etapa envolveu o exame da literatura para identificar os mecanismos pelos quais esses constructos se relacionam, conforme discutido por Meyer e Rowan (1977), Jensen e Meckling (1976), Lüder (1992) e Moore (1995). A terceira etapa consistiu na integração desses elementos em uma estrutura conceitual que incorpora o desempenho contábil como variável moderadora, justificando essa posição com base no papel da informação na redução de assimetrias, no fortalecimento da capacidade administrativa e no reforço da legitimidade organizacional.

Embora não envolva técnicas empíricas na versão atual, o ensaio teórico foi estruturado para permitir sua futura validação por meio de abordagens quantitativas adequadas. A operacionalização do modelo poderá ser desenvolvida mediante a utilização de variáveis latentes formativas que representem fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional. Essa operacionalização poderia ser realizada com técnicas de modelagem de equações estruturais, que possibilitam testar efeitos diretos e moderadores entre os constructos. A definição de indicadores e variáveis observáveis poderá considerar informações disponíveis em bases públicas, tais como dados contábeis e fiscais, relatórios de integridade, indicadores de transparência, dados administrativos e medidas de capacidade institucional.

Os procedimentos metodológicos empregados neste ensaio, portanto, permitem consolidar uma base teórica coerente para a proposição do modelo conceitual, ao mesmo tempo em que oferecem caminhos para futuras investigações empíricas no campo da administração pública. A ausência de coleta de dados não constitui limitação para o propósito do estudo, uma vez que o objetivo central reside na formulação conceitual e na identificação das relações que fundamentam a hipótese de moderação, preparando terreno para análises futuras capazes de examinar empiricamente a robustez do modelo proposto.

8 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os resultados deste ensaio teórico consistem na formulação de proposições conceituais que articulam fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional, permitindo avançar na compreensão dos mecanismos que influenciam a atuação das organizações públicas. A análise integrada da literatura evidencia que fatores institucionais como integridade, conformidade normativa, capacidade administrativa e transparência constituem elementos estruturantes da ação estatal e influenciam a qualidade dos resultados alcançados. Esses fatores moldam a credibilidade das decisões e o modo como organizações públicas respondem às demandas sociais, reforçando a importância de estruturas institucionais consistentes para o desempenho governamental.

O exame do papel do desempenho contábil indica que sistemas de informação robustos ampliam a capacidade estatal de monitorar recursos, avaliar riscos, reduzir assimetrias e fortalecer mecanismos de controle, conforme discutido por Jensen e Meckling (1976) e Carlin (2005). Assim, o desempenho contábil emerge como variável moderadora, capaz de intensificar ou reduzir o impacto dos fatores institucionais sobre a eficácia. Quando a informação contábil possui maior qualidade, práticas de governança, integridade e capacidade administrativa tendem a produzir efeitos mais consistentes sobre os resultados organizacionais. Em contraste, quando a qualidade da informação é limitada, o efeito desses fatores é enfraquecido, dificultando a avaliação e a coordenação das ações governamentais.

A formulação do modelo conceitual resultante da análise propõe duas relações principais. A primeira estabelece que fatores institucionais influenciam diretamente a eficácia institucional, reforçando a relevância da legitimidade, das práticas formais e da capacidade organizacional, conforme argumentam Meyer e Rowan (1977). A segunda proposição sustenta que o desempenho contábil atua como variável moderadora dessa relação, condicionando a intensidade com que fatores institucionais se convertem em resultados. Essa proposição oferece uma interpretação dinâmica das interações entre estrutura institucional e sistemas de informação, contribuindo para ampliar a compreensão teórica sobre variações na eficácia entre organizações públicas.

Embora o estudo não envolva coleta empírica, sua natureza teórica permite ilustrar a aplicabilidade do modelo. Considerando um cenário hipotético, é possível imaginar duas organizações com níveis semelhantes de integridade e capacidade administrativa, mas com desempenhos contábeis distintos. Na organização cujo sistema contábil oferece informações tempestivas e completas, a capacidade de avaliação, planejamento e controle tende a ser maior, aumentando a probabilidade de atingir eficácia institucional superior. Em contrapartida, em um

contexto em que a informação contábil é fragmentada ou pouco precisa, mesmo fatores institucionais sólidos podem resultar em desempenho inferior, uma vez que decisões são tomadas com menor base informacional.

Os resultados do ensaio teórico evidenciam, portanto, que a interação entre fatores institucionais e desempenho contábil constitui um mecanismo relevante para explicar a eficácia institucional. O modelo proposto contribui para a literatura ao sugerir que o desempenho contábil não deve ser tratado apenas como variável explicativa direta, mas como elemento capaz de condicionar a força dos efeitos institucionais. Esse entendimento amplia as possibilidades de análise e oferece fundamentos teóricos para futuras investigações empíricas que desejem testar hipóteses derivadas deste modelo. Além disso, o ensaio fornece subsídios para gestores públicos, ao indicar que investimentos em integridade, governança e capacidade administrativa podem produzir efeitos mais expressivos quando acompanhados de melhorias na qualidade das informações contábeis.

9 CONCLUSÕES

Este ensaio teórico teve como objetivo desenvolver, em perspectiva conceitual, um modelo que articula fatores institucionais, desempenho contábil e eficácia institucional na gestão pública, analisando o modo pelo qual a qualidade e a robustez dos sistemas de informação contábil podem moderar a relação entre estruturas institucionais e resultados organizacionais. A análise integrativa da literatura permitiu identificar que integridade, conformidade normativa, capacidade administrativa e transparência constituem dimensões centrais dos fatores institucionais que influenciam o desempenho das organizações públicas. De igual modo, evidenciou-se que o desempenho contábil exerce papel relevante na redução de assimetrias, na melhoria da capacidade de avaliação e no reforço da legitimidade organizacional, fundamentando a proposição de que esse constructo atua como variável moderadora da eficácia institucional.

As contribuições teóricas do estudo derivam da formulação de proposições que ampliam a compreensão das interações entre fatores institucionais e sistemas de informação no setor público, ao sugerir que a qualidade da informação contábil condiciona a forma pela qual estruturas institucionais se traduzem em eficácia. Essa perspectiva contribui para a literatura ao deslocar o desempenho contábil de uma função meramente explicativa direta para um papel moderador, oferecendo interpretação mais dinâmica das relações institucionais. Do ponto de vista gerencial, o modelo oferece apoio analítico a gestores públicos ao indicar que investimentos em governança, integridade e capacidade administrativa tendem a produzir efeitos mais consistentes quando acompanhados de melhorias nos sistemas de informação contábil, pois a qualidade da informação favorece o planejamento, o controle e a decisão pública fundamentada (Carlin, 2005; Leite & Diniz, 2024; Steccolini *et al.*, 2020).

As limitações do estudo decorrem sobretudo de sua natureza teórica, que, embora adequada ao propósito de construção conceitual, não permite testar empiricamente as proposições formuladas. Ademais, a heterogeneidade dos contextos institucionais e a diversidade de práticas contábeis no setor público indicam que os efeitos moderadores propostos podem variar substancialmente entre diferentes níveis de governo e entre organizações com estruturas distintas. Essas limitações, no entanto, não comprometem a relevância do ensaio, mas ressaltam a necessidade de aprofundamento empírico em estudos subsequentes capazes de examinar a robustez do modelo e de identificar condições contextuais que influenciam a força das relações propostas.

Diante dessas considerações, recomenda-se que pesquisas futuras operacionalizem os constructos apresentados e testem as proposições do modelo por meio de abordagens quantitativas, especialmente técnicas de modelagem de equações estruturais, que permitem examinar efeitos diretos e moderadores em diferentes contextos da administração pública. Estudos comparativos

entre entes federativos e análises longitudinais também podem contribuir para compreender como variações institucionais e evoluções nos sistemas contábeis afetam a eficácia pública. Em síntese, o modelo conceitual proposto oferece fundamentos teóricos para aprimorar a compreensão das relações entre instituições, informação e resultados, constituindo referencial útil para o aprimoramento da mensuração da eficácia pública e para o fortalecimento de práticas de transparência e controle.

REFERÊNCIAS

- Bisogno, M., Caperchione, E., Caruana, J., Jorge, S., & Manes-Rossi, F. (2024). Editorial: Public sector accounting current developments—Insight, critique and transformative redefinitions. *Public Money & Management*, 44(8), 651–654. <https://doi.org/10.1080/09540962.2024.2414579>
- Benfante, G., Casali, A., Mozzoni, I., & Ferretti, M. (2025). Navigating accounting reforms: A qualitative comparative analysis of accrual implementation in Italian local governments. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 37(6), 1–27. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-02-2024-0016>
- Bovens, M. (2007). Analysing and assessing accountability: A conceptual framework. *European Law Journal*, 13(4), 447–468. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>
- Brignall, S., & Modell, S. (2000). An institutional perspective on performance measurement and management in the new public sector. *Management Accounting Research*, 11(3), 281–306. <https://doi.org/10.1006/mare.2000.0136>
- Carlin, T. M. (2005). Debating the impact of accrual accounting and reporting in the public sector. *Financial Accountability & Management*, 21(3), 309–336. <https://doi.org/10.1111/j.0267-4424.2005.00223.x>
- Dabbicco, G., Caruana, J., & Bisogno, M. (2025). The role of public sector accounting in the achievement of sustainable development goals: The case of Italy. *Meditari Accountancy Research*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-03-2024-2410>
- Denhardt, R. B., & Catlaw, T. J. (2016). *Teorias da administração pública*. Cengage Learning.
- Hood, C., & Heald, D. (Eds.). (2006). *Transparency: The key to better governance?* Oxford University Press.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Leite, K. K. M., & Diniz, J. A. (2024). Comprehensibility of the accounting information disclosed by the Brazilian public sector: An experiment based on the use of popular reporting. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 17(1). <https://doi.org/10.14392/asaa.2024170104>

- Lüder, K. (1992). A contingency model of governmental accounting innovations. In J. L. Chan & J. M. Patton (Eds.), *Research in governmental and nonprofit accounting* (Vol. 7, pp. 99–127). JAI Press.
- Masoud, N. (2025). Global insights on public sector accounting reforms: A comprehensive study on the adoption, implementation, and impact of IFRS and IPSAS. *Accounting Research Journal*, 38(1), 80–105. <https://doi.org/10.1108/ARJ-06-2024-0228>
- Mattessich, R. (2008). *Two hundred years of accounting research: An international survey of personalities, ideas and publications*. Routledge.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363. <https://doi.org/10.1086/226550>
- Moore, M. H. (1995). *Creating public value: Strategic management in government*. Harvard University Press.
- Steccolini, I., Saliterer, I., & Guthrie, J. (2020). The role(s) of accounting and performance measurement systems in contemporary public administration. *Public Administration*, 98(1), 3–13. <https://doi.org/10.1111/padm.12642>
- Weber, M. (1978). *Economy and society: An outline of interpretive sociology*. University of California Press.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores afirmam não haver conflito de interesses.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

DIREITOS AUTORAIS

Os autores mantêm os direitos autorais relativos aos seus artigos e concedem à Revista Catarinense da Ciência Contábil (RCCC) o direito de primeira publicação, sendo a obra simultaneamente licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Funções	1º autor	2º autor
Conceituação	♦	♦
Curadoria de dados	♦	
Análise Formal	♦	♦

Obtenção de financiamento		
Investigação	♦	♦
Metodologia	♦	♦
Administração do projeto	♦	
Recursos		
Software		
Supervisão		♦
Validação	♦	♦
Visualização	♦	
Escrita – primeira redação	♦	
Escrita – revisão e edição	♦	♦